

1 Introdução

Como numa “regressão”, as cenas emergem aos saltos, nem sempre ordenados, às vezes com excesso de detalhes, às vezes com carência dos mesmos. No começo do percurso ouvimos os lamentos de uma segunda morte de Lobato e observamos seus “filhos” tentando dar um sentido à obra do pai; e voltamos à década de 1950, quando vemos dois sacerdotes lutando pela nomeação do morto e uma poetiza tentando salvar o tesouro da infância depois que o herói abandonou as páginas dos livros infantis. Robôs, naves espaciais, quadrinhos, televisão e teatro: genealogia de um medo recorrente que atravessa gerações. Regredindo, ultrapassamos a morte do autor pegando carona no seu último desejo e seguimos. No meio do caminho pergunto sobre sua relação com as crianças leitoras, o que significava para ele fazer *literatura infantil*, e podemos vislumbrar, num relance, o tema da utopia. A seguir Lobato fala da chave para se escrever as melhores histórias infantis e logo voltam as crianças, com suas cartas que prometem nos dizer coisas que ainda não sabemos. Lobato some de vista; vêm os Srs. Laemmert e Francisco Alves com seus operários das letras infantis, Carlos Jansen, Olavo Bilac, Coelho Neto e Manuel Bonfim, Adelina Lopes e sua prima Júlia, Viriato Corrêa e João do Rio, e então percebemos que os livros infantis do início do século passado podem ser muito diferentes do que estamos acostumados hoje. Até que finalmente encontramos aquele primeiro livro, o começo de todas as reinações, e testemunhamos Narizinho ser má como nunca e entrar pela toca do coelho, borrando os limites entre a realidade e o sonho.

Admito a sinuosidade e inconstância deste percurso, nada monográfico na sua tentativa de perseguir o “fantasma” de Monteiro Lobato e ao mesmo tempo fugir à sua sombra, hipertrofia da memória, para construir uma perspectiva crítica. À parte o espiritismo do autor, eu não quis no fundo de acompanhar a jornada de uma “alma”, mas buscar algumas das encarnações presentes e passadas das histórias infantis de Monteiro Lobato, o “texto encarnado”, como aquele que vive em situações específicas de leitura ou no movimento de uma dinâmica social específica. Este percurso, aviso mais uma vez o leitor, serve menos para demonstrar do

que para provocar questões: quanto à monumentalidade da obra, o papel ativo das crianças leitoras na construção das versões finais dos textos de Lobato, os modos pelos quais quis cativá-las e legar-lhes suas lutas políticas. Várias dessas provocações levam a becos sem saída, aguardando novas escavações. Ao menos fica patente a ausência de um estatuto literário consolidado para os livros infantis, a indistinção entre livros escolares e livros para crianças e o conflito entre dois conceitos distintos de infância: um que valoriza a imaginação e a fantasia e outro que suprime esses aspectos, dado o imperativo da colonização da alma infantil pelos valores morais e cívicos do mundo adulto.

Num futuro próximo, o embrião que essa dissertação representa talvez possa se desenvolver em algo como uma história (social) da infância em torno dos livros infantis de Monteiro Lobato. Mas convém explicar exatamente o que quero dizer com isso antes de pregar um rótulo naquilo que é apenas um esboço. Em primeiro lugar, os textos infantis de Lobato me interessam menos como índice de práticas, brincadeiras e brinquedos comuns em sua época, e mais pela sua força de ruptura em relação a determinados padrões sociais de infância. Indagaram-me uma vez se eu achava pertinente um diálogo com os estudos demográficos sobre a transição da estrutura familiar no Brasil a partir do colapso da escravidão. Penso que poderia acrescentar algo ao argumento na medida em que auxiliasse a traçar um perfil das crianças-leitoras, no cruzamento com dados detalhados de venda e circulação dos livros de Lobato, mas não que seja condição exclusiva de uma análise social. Percebi então que era preciso dizer: a infância que me interessa aqui não é um atributo singular da criança ou o sinônimo do conjunto das experiências concretas que caracterizam esta fase da vida, mas uma instituição social que regula as relações entre crianças e adultos.

Todo o trabalho se subordina, então, à discussão central sobre os modos pelos quais os livros infantis se constituem em instrumentos de *negociação* da infância, e não apenas representações diretas da realidade social. Este é o ponto em que tentei romper com qualquer contextualização mais rasteira para encarar o texto não como reflexo do autor ou da época, mas como um modo de agir no mundo. O modo como um texto “age”, como é lido, discutido e os impactos que provoca em determinadas instituições sociais, não depende exclusivamente da vontade do seu autor, tão pouco coincide necessariamente com o momento de publicação do texto. O texto literário, como toda obra de arte, não é um acontecimento histórico em

sentido estrito, um evento singular situado num ponto específico do passado. Sua temporalidade transcende o momento de sua escritura. Uma vez que é mantido em circulação, por meio de novas edições, traduções, adaptações etc., ele encontra novos leitores e com isso passa a integrar e produzir redes de significados às vezes muito diferentes daquelas a que se prestava inicialmente. Aí reside uma trans-historicidade, não uma atemporalidade. Minha forma de enfrentar esse problema foi atentar inicialmente para as leituras de Monteiro Lobato ao longo tempo e partir daí traçar as linhas que pudessem orientar a investigação.

As constantes idas e vindas foram um obstáculo na tentativa de ajustar todo o conjunto dos livros do Sítio do Picapau Amarelo ao trajeto e a duração deste trabalho, de modo que optei por circular por vários deles, quase sempre a partir de leituras de outros. A única exceção é *Reinações de Narizinho*, analisado em sua gênese no último capítulo deste trabalho. Mas há também um fator de ordem material, que diz respeito às elipses nas *Obras Completas de Monteiro Lobato*. A coleção é a base da grande maioria dos estudos sobre o autor atualmente, coligida e editada inicialmente pelo próprio, que a dividiu em duas séries: “Literatura Geral”, lançada em 1946, e “Literatura Infantil”, em 1947. As edições posteriores a 1955 sofreram acréscimos de notas, prefácios e volumes inteiros. Para este trabalho utilizo uma coleção composta por edições de 1956, 1968 e 1969, cujo desenho geral abarca a reforma editorial do conjunto movida por Edgard Cavalheiro e os editores da Brasiliense.

Comparando os índices impressos na folha de guarda de cada uma dessas edições é possível observar as modificações. A edição de 1956 lista um total de 30 volumes, mantendo a divisão original em duas séries. As de 1968/1969 apresentam 14 volumes e uma série a mais. O primeiro índice já exhibe um volume póstumo (*Prefácios e Entrevistas*), e nos outros é possível observar a inclusão dos demais: um reunindo textos de mocidade, escritos em geral sob pseudônimos, no período em que Lobato cursava a Faculdade de Direito de São Paulo (*Literatura do Minarete*); dois volumes de cartas; um de conferências, artigos e crônicas; e outro de críticas. A composição da 2ª série permanece estável. Ela reúne os livros que compõem a saga do Sítio do Picapau Amarelo conforme o arranjo original de Lobato, que não incluiu *Jeca Tatuzinho* (1924) e *O Garimpeiro do Rio das Garças* (1924), seus livros infantis sem relação com o cenário do Sítio. A 3ª série funciona como expansão da 2ª, incluindo apenas as traduções/adaptações infantis, 9

livros no total. Ficam de fora as traduções para o público adulto, como *Caninos Brancos* (1933), *Por quem os sinos dobram* (1941) e *Adeus às armas* (1942), dos originais de London e Hemingway.

Com a expansão das OC foram dados à público textos que o próprio Lobato escolhera não publicar. Se por um lado eles fornecem aportes interessantes, não se pode perder de vista o comprometimento da iniciativa com os esforços de Cavaleiro na defesa da vocação literária do autor. *Literatura do Minarete*, por exemplo, reúne um conjunto de textos que desempenham papel central neste argumento. Sua publicação em livro atesta o valor literário que o biógrafo buscava lhes conferir a fim de repelir a tese geral de que Lobato teria se tornado escritor por acidente. Além disso, Lobato não preservou as edições originais de seus textos. Desde 1921, quando inaugurou sua entrada no gênero escolar/infantil com *A menina do Narizinho Arrebitado*, Lobato reescreveu diversas vezes cada uma de suas histórias. O próprio mecanismo de impressão dos livros exigia que ele conferisse a composição dos linotipos pessoalmente, obrigando-o a uma releitura constante de seus próprios textos. Deste modo, existem diferenças significativas de formato e enredo entre as versões finais, coligidas por Lobato em 1946-1947, e as edições em circulação na década de 1920.

Este é o caso de *Reinações de Narizinho*. Cada um dos capítulos correspondia originalmente a um volume separado, publicado na forma de livro ilustrado ou “álbum de figuras”: *A menina do narizinho arrebitado* (1921), *Marquês de Rabcó* (1922), *O Noivado de Narizinho* (1924), *Aventuras do príncipe* (1928), *O Gato Félix* (1928), *O Irmão de Pinóquio* (1928), *O Cara de Coruja* (1929), *O Circo de Escavalinho* (1929), *A Pena de Papagaio* (1930), *O Pó de Pirlimpimpim* (1931). Ao revisar e compilar esses livros num único volume, Lobato realizou modificações substantivas no enredo e caráter de alguns personagens, fixando o cenário (o Sítio do Picapau Amarelo) e o conjunto dos protagonistas (Narizinho, Pedrinho, Emília, Rabcó, o Visconde de Sabugosa, Dona Benta e Tia Anastácia) consagrados posteriormente pelo conjunto de sua obra. É justamente nesse processo de revisão e reescritura dos textos que é possível perceber como iniciativas isoladas foram se articulando pouco a pouco num projeto do que *deveria ser* a literatura infantil brasileira, questão nem um pouco pacífica à época.

O próprio Lobato com frequência atribuía ao termo “literatura” uma conotação negativa, sinônimo de linguagem empolada. Ao mesmo tempo tinha um con-

ceito forte da mesma, enquanto atitude diante do público. Me falta a competência necessária para discutir as disputas em torno do conceito numa perspectiva histórica mais alargada, mas gostaria de chamar a atenção para o que me parece um duplo aspecto funcional dos livros *para crianças*: o de uma escrita *endereçada à criança*, mas, ao mesmo tempo, produzida *no lugar da criança*, isto é, na tentativa de emular o seu ponto de vista e se ajustar ao modo como ela percebe o mundo. Para entender a construção desse *lugar* nos textos de Lobato, me fiz inicialmente as seguintes perguntas: o que significava escrever livros para crianças? O que deveria ser um bom livro infantil? Que tipo de narrativa era ou não adequada às crianças? Como deveriam ser lidos estes livros? Diretamente pelas crianças ou acompanhadas de um adulto? Em ambiente escolar ou doméstico? Deveriam influir na formação da criança? Como? Por quê? Quais semelhanças e diferenças Lobato observava no modo de pensar de crianças e adultos? Interessava-me saber o modo como Lobato reagiu a essas questões, reflexivamente ou no nível de sua *práxis*, e comparativamente a autores coetâneos do gênero. Como autor, tradutor e editor, Lobato construiu um *lugar da criança* em seus livros que é, desde o princípio, profundamente diferente daqueles construídos por outros autores brasileiros que lhe são contemporâneos. Uma construção que não se fez sem tensão (portanto, sem negociação) em relação a determinadas concepções de infância socialmente instituídas – pela família, pela escola, pela biologia, pela psicologia, etc. –, e em relação aos próprios leitores.

Finalmente, a ausência de um relato cronológico da trajetória de vida de Lobato, o recurso aos seus textos via leituras de segunda mão e a presença constante de outros personagens dividindo com ele a cena principal, suscitará ao leitor possivelmente a seguinte pergunta: “não se tratava de um trabalho sobre Monteiro Lobato, afinal”? Acontece que, diferente de seus biógrafos, ao me aproximar dos materiais produzidos por ele, não tive o objetivo de demarcar o indivíduo e sua psicologia, se não de considerá-lo naquilo que me interessa: como uma espécie de sujeito trans-individual, uma circunstância de pessoa(s), lugar(es), tempo(s) e modo(s), um mapa que permitisse captar um debate específico em torno de modelos de infância. Espero que uma figura de Lobato seja visível ali onde se cruzam as principais linhas argumentativas do trabalho, orientando o seu trânsito por temáticas específicas, organizando o conjunto da análise. Ela é de fato o seu centro.